
**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil**



V.13. N. 26. Mai./Ago./ 2019 p. 478-496

ISSN: 2237-0315

Ensino médio integrado à educação profissional: por que insistir nesta forma de ensino?

Secondary education integrated to professional education: why insist in this model?

Josimar de Aparecido Vieira

Marilandi Maria Mascarello Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS

Campus Sertão – Rio Grande do Sul- Brasil

Resumo

A preocupação central deste ensaio é com o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), o qual parece ensejar uma revisão de conceitos e convicções. Essa forma de ensino requer a integração de conhecimentos típicos do ensino médio e da formação profissional que deverão ser trabalhados de forma integrada, assegurando diálogo entre teoria e prática. Tem a finalidade de analisar o significado do EMIEP, explicitando fundamentos que evidenciam a necessidade dessa forma de ensino na última etapa da educação básica. Buscou-se deslindar a perquisição: por que insistir nesta forma de ensino? Para isso, duas indagações foram delineadas: o que é EMIEP?; e por que oferecer EMIEP? Constituído numa abordagem qualitativa, foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica envolvendo os autores Ciavatta (2012), Cunha (2008), Frigotto (2005), entre outros. As repercussões indicam que o EMIEP pressupõe conhecimentos constituídos sob as dimensões: trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Insistir na sua construção implica na superação da visão mecanicista de qualificação técnica e na formação do estudante de forma crítica e consciente, por meio do seu trabalho.

Palavras-chave: Educação profissional. Ensino médio. Integração.

Abstract

The central concern of this essay is with the Secondary Education Integrated to Professional Education (“*Ensino Médio Integrado à Educação Profissional*” – EMIEP), which seems to lead to a revision of concepts and beliefs. This educational model requires the integration of typical knowledge of secondary school and professional training that should be worked in an integrated way, ensuring dialogue between theory and practice. It has the purpose of analyzing the meaning of the EMIEP, explaining fundamentals that demonstrate the relevance of this model in the last stage of basic education. We sought to delimit the survey: why insist on this form of education? For this, two questions were outlined: what is EMIEP?; and why offer EMIEP? Constituted in a qualitative approach, this essay was produced through bibliographic research involving the authors: Ciavatta (2012), Cunha (2008), Frigotto (2005), among others. The repercussions indicate that the EMIEP presupposes knowledge constituted under the dimensions: work, science, culture and technology. Insisting on its construction implies overcoming the mechanistic view of technical qualification and the training of the students in a critical and conscious way through their work.

Keywords: Professional education. Secondary education. Integration.

1. Introdução

A sociedade da atualidade está passando por transformações em todos os segmentos, influenciando o modo de viver e pensar das pessoas, significativamente alterando o mundo do trabalho e modificando as exigências de formação profissional. Aliados ao conhecimento, se torna mister nesse processo de formação o desenvolvimento de atributos para a solução de problemas concretos.

Assim, a educação profissional tem diante de si o desafio de mudanças, que exige um trabalho cada vez mais complexo, envolvendo toda a sociedade. A instituição de ensino profissional não pode mais trabalhar de forma isolada, tendo de haver um esforço para formar profissionais técnicos, pesquisadores e especialistas capazes de contribuir, de forma efetiva, para as necessárias transformações que requer a sociedade.

Esses desafios e questões, típicos de nosso tempo, têm gerado demandas em termos de pesquisas e estudos voltados para a educação profissional, exigindo que se participe desse debate com uma postura crítica em relação à concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, doravante denominado EMIEP. Na organização dessa forma de ensino, a lida com o conhecimento parece se constituir a categoria mais enfatizada.

O empenho em formar sujeitos/profissionais autônomos, capazes de intervir nas complexas relações do mundo do trabalho atual, se constitui assim numa das principais responsabilidades contemporâneas dessa forma de ensino. Tal educação requer não apenas uma formação que articule a competência científica e técnica com a inserção política e a postura ética, mas, também, a capacidade de produzir e aplicar os saberes técnicos e científicos por meio de critérios de relevância social.

Ao tratar do lugar do EMIEP que deve ser construído nas instituições de ensino, Ramos (2008, p. 3) destaca que uma educação dessa natureza “[...] pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. Em vista disso, se faz necessário ressignificar a educação profissional existente e, com ela, o EMIEP.

Diante desses propósitos, está situado o tema deste ensaio, que, partindo da existência do EMIEP, tem a finalidade de alargar o debate sobre essa forma de ensino, analisando o seu significado e explicitando os fundamentos que evidenciam a

necessidade do seu desenvolvimento na última etapa da educação básica. Buscou-se perseguir a seguinte indagação: por que insistir nesta forma de ensino? Por se tratar de um tema abrangente, para a produção deste estudo, foram demarcados os seguintes questionamentos: o que é EMIEP? e por que ofertar EMIEP?

Desse modo, o estudo se constitui como uma leitura da abordagem do EMIEP por entender que esta forma de ensino poderá contribuir para atender às necessidades emergentes da educação profissional. Toma como base estudos de autores e pesquisadores tais como: Ciavatta (2012), Cunha (2008), Frigotto (2005), Kuenzer e Grabowski (2006), Machado (2006), Moura (2007), Ramos (2008), Saviani (2007), entre outros que debatem a temática, constituindo-se, portanto, um estudo do tipo bibliográfico. Está organizado em duas partes: inicia apontando fundamentos (conceitos, noções) que constituem o EMIEP; e, posteriormente, são apresentados indicadores que justificam a oferta dessa forma de ensino.

2. O que é ensino médio integrado à educação profissional?

Uma das principais referências que ampara e fundamenta o EMIEP é o documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007). Esse documento sustenta as concepções, princípios, dimensões e singularidades que elucidam atualmente o EMIEP, em diálogo com outros documentos e produções que se configuram como de vital importância para a construção dessa perspectiva de ensino.

Com o referido documento base, a política de ensino médio foi direcionada para o desenvolvimento de um projeto que supere a dualidade entre a formação específica e a formação geral, ou seja, a essência do mundo do trabalho se desloca para a pessoa, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

Nas palavras de Kuenzer e Grabowski (2006, p. 299-300):

Trabalhar com a concepção mais ampla de educação, de modo a incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva, implica reconhecer que cada sociedade, em cada modo de produção e regimes de acumulação, dispõe de formas próprias de educação que correspondem às demandas de cada grupo e das funções que lhes cabe desempenhar na divisão social e técnica do trabalho.

No entanto, é preciso considerar que “os primórdios da formação profissional no Brasil registram apenas decisões circunstanciais especialmente destinadas a ‘amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte’”, de maneira a assumir um caráter de assistencialismo que marcou a sua história (BRASIL, 1999, p. 568). É a partir da Lei Federal n.º 9.394/96, atual LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – que a identidade do Ensino Médio se configura como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania. Nesta lei, a educação profissional passa a ser compreendida como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, condutora do permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (BRASIL, 1996).

Em vista disso, não é possível conceber uma Educação Profissional (EP) identificada como instrumento de política assistencialista ou ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como:

[...] importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. [...] A Educação Profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho (BRASIL, 2012, p. 8).

Enquanto política educacional, a EP no Brasil está regulamentada na LDB, no capítulo que trata da Educação Profissional, artigos 39 a 42, e também no capítulo que trata do Ensino Médio, seção IV A, regulando, especificamente, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos artigos 36A a 39D (BRASIL, 1996). Conforme essa lei, a educação profissional e tecnológica abrangerá os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Na forma integrada, deverá ser oferecida somente aos egressos do ensino fundamental, e o curso deverá ser planejado para formar o estudante para uma habilitação profissional técnica e o nível médio. Os dois cursos ocorrem na mesma instituição de ensino, inclusive com matrícula única para o estudante.

De acordo com o art. 4º, parágrafo 2º do Decreto nº 5.154/04, a escola deverá “ampliar a carga horária do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento

das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício das profissões técnicas” (BRASIL, 2004).

Na educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrada, o estudante faz um curso único que lhe diploma tanto com o ensino médio quanto com um curso profissionalizante, mas de forma integrada e com organização curricular única. Não se trata de dois cursos distintos, mas, um curso único, com um projeto pedagógico, para a formação integrada e paralela.

Ao refletir sobre o EMIEP, uma das questões que surge se relaciona ao significado do termo “integrado”. Buscando aproximação de sua origem, segue consulta realizada ao dicionário etimológico: vem do latim *integrare*, tornar inteiro, fazer um só; de *integer*, inteiro, completo, correto, literalmente intocado; de *in-*, “não”, mais a raiz de *tangere*, “tocar”. O adjetivo íntegro vem daí, bem como os substantivos integridade e integral (INTEGRO, 2018).

O sentido de integrar, que remete ao tornar inteiro, completo, sintetiza a perspectiva da concepção da educação integrada em sua gênese, ou seja, compreende o ensino geral e profissional como inseparáveis. Nessa direção, Ciavatta (2012) apresenta importante reflexão em torno da palavra “integrar”, considerando a perspectiva da unificação entre a educação geral e educação profissional:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o quê? A palavra toma o sentido moral em alguns usos correntes. Mas não é disto que se trata aqui. Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (CIAVATTA, 2012, p. 84).

Diante dessas ponderações, pode-se assegurar que compreender conceitos e noções que elucidam o EMIEP (indissociabilidade entre educação profissional e educação básica) é uma tarefa complexa, pois exige, de antemão, refletir sobre o significado do termo “integrado”.

Saviani (2007) advoga a integração entre as capacidades de pensar e de produzir como imprescindível para se instaurar uma lógica educativa interessante. Essa seria uma estratégia de enfrentamento à dualidade educacional brasileira, segundo a qual, de um

lado, têm-se uma educação voltada para o saber-fazer, destinada aos trabalhadores, e, de outro, uma educação voltada para o saber-pensar, destinada às elites econômicas e políticas. De um modo geral, essa dualidade corresponde à divisão técnica do trabalho que aparta os trabalhadores de funções operativas dos demais com funções de concepção e gerência dos processos.

Também Frigotto (2001), ao propor bases para uma educação profissional emancipadora, na mesma direção, indica cinco aspectos que devem orientar um projeto de formação de trabalhadores. Dentre esses, destaca-se a ideia de integração, em um mesmo projeto, da dimensão política democrática (contra-hegemônica), da formação profissional articulada à educação básica e da formação ético-política, orientada pela luta por um Estado que governe com as organizações da sociedade pelas maiorias.

Diante da necessidade de se considerar diversos trabalhos que estão sendo produzidos relacionados com o EMIEP, se torna necessário o estabelecimento de indicativos que contribuam para a definição do conceito a ser adotado. O que é ensino integrado, como se expressa, quais os seus condicionantes, quais os seus indicadores e como avaliá-lo? Essas são questões que desafiam estudiosos e pesquisadores da educação profissional.

Para Cunha (2008, p. 109), ensino integrado...

[...] expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Sob a concepção da articulação educação/trabalho/cultura/ciência, a formação no EMIEP deve estar articulada às dimensões e extensões da vida do estudante. Entender o trabalho como princípio educativo é proclamar o fim do pensamento polarizado e advogar em prol de políticas sociais que subsidiem a formação de cidadãos conscientes diante de seus contextos, possibilitando o desenvolvimento de capacidades de gerir, refletir, executar e partilhar.

Nos últimos anos, vários pesquisadores vêm se debruçando em pesquisas sobre essa temática, demonstrando inquietações quanto à concepção de EMIEP e

apresentando importantes reflexões, que atualmente constituem referências relacionadas à educação profissional. Nos estudos produzidos, é possível perceber preocupações com o ensino médio integrado, partindo da concepção do trabalho como princípio educativo, defendendo a integração entre o ensino médio e a educação profissional como aporte para o rompimento da dualidade histórica na educação profissional brasileira, que vem perpetuando a separação entre o trabalho manual e intelectual (MANFREDI, 2002). Em vários momentos da história da educação profissional no Brasil, é possível perceber que seu principal objetivo estava em formar mão de obra para o mercado do trabalho, especialmente os grupos excluídos, para exercerem atividades ligadas ao esforço físico.

Para se constituir o rompimento da dicotomia histórica entre manual e intelectual, é necessária a superação da divisão do próprio homem, compartimentado na ação do pensar e na ação do fazer. Por meio de um processo educativo humano integrado, é possível que jovens e adultos trabalhadores vivenciem uma formação mais completa, capaz de possibilitar a leitura do mundo e uma atuação cidadã, compreendendo criticamente a sociedade na qual estão inseridos (BRASIL, 2007).

Essa divisão entre educação profissional (manual) e geral (intelectual) vem se mantendo quase sem alterações nos últimos anos. Apesar do crescente oferecimento de EMIEP, essa divisão curricular se mantém marcada como na década de 60, ou seja, projetos de EMIEP não estão sendo implementados de forma efetiva. Um dos possíveis fatores para essa não efetivação se concentra na constituição curricular.

De acordo com Moraes e Küller (2016), o currículo não é apenas dual, mas fragmentado na tentativa de conjunção de dois processos distintos: o profissional e o propedêutico. Esses processos se fragmentam em componentes curriculares que, por sua vez, se dividem em conjuntos de temas transmitidos em sequência, sem conexão entre si e sem conexão com as necessidades e anseios dos estudantes.

Destarte, Machado (2006, p. 56) apresenta ponderação necessária para compreender criticamente esta constatação:

Se a realidade existente é uma totalidade integrada não pode deixar de sê-lo o sistema de conhecimentos produzidos pelo homem a partir dela, para nela atuar e transformá-la. Tal visão de totalidade também se expressa na práxis do ensinar e aprender. Por razões didáticas, se divide e se separa o que está unido. Por razões didáticas, também se pode buscar a recomposição do todo. Tudo depende das escolhas entre alternativas de ênfases e dosagens das partes e das

formas de relacioná-las (MACHADO, 2006, p. 56).

Noutra direção, no EMIEP, o currículo deve ser considerado como um meio para organizar o conhecimento e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Assim, os conceitos devem ser trabalhados a partir das relações com a totalidade, ou seja, com a realidade que se pretende explicar (BRASIL, 2007). A construção deste currículo deve se vincular às finalidades e aos objetivos institucionais. Mesmo que se tenha uma concepção de educação como totalidade, não é possível ensinar e aprender tudo. Por isso, os conteúdos precisam ser selecionados a partir de problemáticas concretas.

No ensino médio integrado à educação profissional esses problemas podem ser aqueles que advêm da área profissional para a qual se preparam os estudantes. Mesmo que os processos de produção dessas áreas se constituam em partes da realidade mais completa, é possível estudá-los em múltiplas dimensões, de forma que, para compreendê-los, torna-se necessário recorrer a conhecimentos que explicam outros fenômenos que tenham o mesmo fundamento. Portanto, a partir de questões específicas pode-se necessitar conhecimentos gerais e, assim, apreendê-los para diversos fins além daqueles que motivaram sua apreensão (BRASIL, 2007, p. 51).

Ao se pensar um currículo integrado constituído a partir da área de formação profissional e considerando as múltiplas dimensões da realidade econômica, cultural, técnica, social e política, a interdisciplinaridade se transforma em princípio e método organizador, se materializando por meio do planejamento de ações que considerem problemáticas concretas.

Para a concretização da interdisciplinaridade, Moura (2007, p. 24) sugere:

[...] a implementação de projetos integradores que visam, sobretudo, articular e inter-relacionar os saberes desenvolvidos pelas disciplinas em cada período letivo, contribuir para a autonomia intelectual dos alunos, por meio da pesquisa, assim como formar atitudes de cidadania, de solidariedade e de responsabilidade social [...] potencializando o uso das tecnologias com responsabilidade social, sendo, portanto, contextualizado a cada realidade específica.

Nessa mesma direção, o documento base do ensino médio integrado destaca que o trabalho pedagógico na perspectiva interdisciplinar não deve comprometer a “[...] identidade epistemológica da disciplina” (BRASIL, 2007, p. 52), pois o aprofundamento científico é um princípio considerado necessário sempre que a compreensão de um conceito o exigir. O diálogo e a predisposição para o trabalho em grupo (de forma coletiva) pode se constituir no primeiro passo para a efetivação da

interdisciplinaridade e a consolidação da integração no ensino médio nessa modalidade. Para isso, é necessário o conceber como uma instância de estímulo ao desenvolvimento de potencialidades dos estudantes e professores, bem como de habilidades que promovam a autonomia, a responsabilidade, a curiosidade epistemológica, a cientificidade e o espírito crítico (BRASIL, 2007).

Numa era de rápidas, constantes e profundas mudanças, a formação dada em cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio requer atenta consideração por parte das instituições, organizando e adotando nova abordagem, de modo a ensejar na comunidade escolar a capacidade de investigação, rompendo com a visão mecanicista e ingênua das relações entre educação e sociedade. Noutra direção, é sempre bom lembrar que o EMIEP deve se manter vinculado à definição dos objetivos da educação básica, os quais devem ser consistentes, atendendo às aspirações da formação do ser humano em sua plenitude e aos anseios da sociedade e, conseqüentemente, constituindo-se em suportes para uma educação profissional com qualidade.

Diante dessas considerações sobre o que é ensino médio integrado, surgem novas indagações, destacando-se: “por que trabalhar o ensino médio integrado?”

3. Por que oferecer ensino médio integrado à educação profissional?

Ante as ponderações da primeira parte deste ensaio, que procurou refletir sobre o que é EMIEP, muitos professores poderão pensar ou mesmo trazer à tona a ideia de que nossa prática até então foi disciplinar e vem cumprindo suas prerrogativas no processo de ensino-aprendizagem. Diante disso, questiona-se: por que integrar? Considerando a pertinência da questão, salientamos que a proposta de reflexão sobre o EMIEP está longe de desconsiderar os feitos de até então, ao passo que se admite a implementação da concepção desta forma de ensino como um processo.

O feito até então não será simplesmente deixado de lado. Ao contrário, experiências exitosas, projetos integradores, vivências dialógicas entre componentes curriculares e os conteúdos básicos deverão ser considerados. Nesta perspectiva, o olhar deverá ser ampliado por meio do diálogo com os demais professores, onde poderão surgir possibilidades para aproximar e complementar objetivos/conteúdos.

Bem próxima dessas ideias está a obra *Os intelectuais e a organização da cultura* (1989), onde Antônio Gramsci aborda a realidade de seu período histórico, especialmente na Europa, e propõe a formação do intelectual orgânico, ou seja, o intelectual formado em sua própria realidade. Para tanto, considera a crise do modelo educacional vigente e visualiza uma nova proposta de escola:

[...] A crise terá uma solução que racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual [...] (GRAMSCI, 1989, p. 118).

Aproximando a escola única, vislumbrada por Gramsci, com a proposta do EMIEP, é possível constatar que ambas demonstram preocupação em aliar a formação para o trabalho e o desenvolvimento da intelectualidade. A escola única de Gramsci, ao considerar o manual e o intelectual, também prima pela cultura geral, humanista e formativa, aspectos considerados na concepção de totalidade salientada pelo documento base do ensino médio integrado (BRASIL, 2007).

Para Ciavatta (2012, p. 85):

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Compreendendo que os estudantes são seres humanos globais e não apenas cérebros, ou mãos desvinculadas do corpo e mente, a articulação de saberes se torna fundamental para a efetivação da concepção do EMIEP. Nesse processo, o trabalho deve ser considerado ponto de partida para produção da existência e objetivação do ser humano. “A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais” (BRASIL, 2007, p. 43).

No entendimento de tomar o trabalho como um princípio educativo, Frigotto (2005) apresenta valiosa contribuição:

O trabalho como princípio educativo, então, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um

princípio ético-político. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Um dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito pelo fato de o ser humano se constituir em um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com meio natural, transformando em bens, para sua produção e reprodução (FRIGOTTO, 2005, p. 60-1).

Concebendo o trabalho como ético, político, direito, dever e acrescentando o princípio educativo, o aprendizado se torna elemento intimamente ligado a todo o processo e não apenas interessado em sua finalidade. Nesta direção, como seres humanos capazes de produzir conhecimentos e aprender, o aprendizado se constitui como um processo complexo que se efetiva apenas a partir da apropriação dos elementos estudados, por meio da apreensão do conhecimento (BRASIL, 2007).

De acordo com o documento base do ensino médio integrado (BRASIL, 2007), além do trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são consideradas categorias indissociáveis da formação humana. A ciência aqui deve ser compreendida como:

[...] conhecimento melhor sistematizado e deliberadamente expresso na forma de conceitos representativos das relações determinadas e apreendidas da realidade considerada. O conhecimento de uma seção da realidade concreta ou a realidade concreta tematizada constitui os campos da ciência, as disciplinas científicas [...] a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos (BRASIL, 2007, p. 44).

Já a tecnologia, ligada à produção industrial, tem a finalidade de satisfazer às necessidades humanas, podendo ser definida como: “[...] mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real)” (BRASIL, 2007, p. 44). Em relação à cultura, o documento base apresenta conceituação numa perspectiva ampliada, considerando a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos do processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida da população. Por meio da cultura, são produzidos: símbolos, representações, significados, caracterizando como “[...] prática constituinte e constituída do e pelo tecido social [...]” (BRASIL, 2007, p. 44).

Nos Institutos Federais, instituições voltadas para a educação, ciência e tecnologia, traz-se a educação, a ciência e a tecnologia como pilares que devem constituir as práticas educativas. Essas dimensões estão presentes no texto do documento base do ensino médio integrado à educação profissional, assim como a

cultura e trabalho como princípios educativos, que podem servir de orientação para o trabalho pedagógico que é desenvolvido.

Nessa forma de ensino, é preciso organizar, selecionar, sistematizar, difundir, criticar e relacionar as necessidades sociais e culturais de determinada época e local, com todo o saber acumulado pela humanidade, no passado e no presente. Este processo, que é o trabalho pedagógico, para ser desenvolvido, necessita do relacionamento entre professores e estudantes. Para Tardif (2004), o ensino é caracterizado como uma atividade humana, um trabalho baseado em interações entre pessoas. Afirma:

Concretamente, ensinar é desencadear um programa de interações com um grupo de alunos, a fim de atingir determinados objetivos educativos relativos à aprendizagem de conhecimentos e à socialização. [...] Se o ensino é mesmo uma atividade instrumental, trata-se de uma atividade que se manifesta concretamente no âmbito das interações humanas e traz consigo, inevitavelmente, a marca das relações humanas que a constituem (TARDIF, 2004, p. 118).

Nesse contexto, é preciso direcionar o olhar pedagógico para as questões: “como os alunos aprendem”, “o que ensinar”, “como os professores aprendem”, entre outras, que são centrais e envolvidas numa ordem política e cultural que configura o EMIEP, ou melhor, sua prática pedagógica (docência).

Aprender e ensinar constituem duas atividades muito próximas da experiência de qualquer pessoa, desde o seu nascimento. Isso indica o quanto é fundamental nesta forma de ensino refletir sobre a prática enquanto professor, partindo do princípio de que se aprende quando são introduzidas alterações na forma de pensar e de agir, e de que se ensina quando se partilha com os outros as experiências e os saberes que são acumulados.

São, pois, as finalidades que, explícita ou implicitamente, determinam os atos de ensinar e aprender, indicando o desenvolvimento e transformação progressiva de capacidades intelectuais dos alunos em direção ao domínio dos conhecimentos, habilidades intelectuais e psicomotoras, a formação de atitudes etc. Sem essa referência essencial, o ensinar e o aprender careceriam totalmente de significação e direção (VEIGA, 1993, p. 84).

Nessa direção, a grande preocupação no EMIEP parece ser com o próprio ensino, no sentido mais comum. Para isso, a ênfase na aprendizagem como paradigma para esta forma de ensino pode alterar o papel dos participantes neste processo: ao estudante caberá o papel central de sujeito, devendo exercer ações necessárias para que ocorra a aprendizagem e contribuir com o processo educativo por meio de suas experiências

acumuladas; o professor, por sua vez, terá que substituir seu papel exclusivo de transmissor de informações para o de mediador pedagógico ou de orientador do processo de ensino-aprendizagem do estudante.

Diante desses desafios, no EMIEP, a relação ensino-pesquisa pode representar uma possibilidade para desenvolver a produção do conhecimento. Para Chizzotti (2001), a pesquisa pode se transformar num esforço metódico de busca de informações para produzir novos conhecimentos, ampliar a compreensão do mundo e auxiliar na solução dos problemas concretos que as pessoas enfrentam.

Ainda para Chizzotti (2001, p. 106):

O ensino [...] não pode restringir-se à mera transmissão dos conhecimentos já acumulados, e o aprendizado não pode reduzir-se à acumulação das informações. [...] Todo aquele que aprende amplia seu horizonte de saber, põe para si questões novas, pergunta pelo significado do que lhe foi transmitido, reflete e estabelece relações novas entre as observações transmitidas às questões colhidas da sua prática. As dúvidas, curiosidades e necessidades provocam reflexões novas e movem à busca de informações que resolvam os problemas que cada um se põs.

Diante dessas considerações e retomando o questionamento “por que oferecer ensino médio integrado?”, é possível destacar que o EMIEP pode se configurar num espaço de produção de conhecimento, tendo a pesquisa como aliada a um processo criativo e inovador, espaço para a reflexão, a crítica e a (re)formulação de propostas, com profundo sentido social e humanista.

Embora, na prática, existam barreiras ainda difíceis de compreender, uma política de integração entre ensino e pesquisa no EMIEP deve ser institucionalmente definida, e esforços concretos precisam ser implementados pela comunidade escolar. Assim, se a instituição tomar como ponto de partida que a docência sem pesquisa é um trabalho esvaziado, repetitivo e rotineiro, deve definir e ampliar os espaços nos quais se dará a investigação, promovendo o enriquecimento do processo educativo.

Integrar a docência do EMIEP com a atividade de pesquisa requer mudanças de postura tanto do professor quanto do estudante. Ao primeiro, cabe a mudança do papel de transmissor de informações para o de mediador pedagógico; a mudança do professor que ensina para o que está com o estudante, desenvolvendo um trabalho em equipe, onde ambos sejam agentes/parceiros e corresponsáveis nas ações de aprendizagem.

Ensino médio integrado à educação profissional: por que insistir nesta forma de ensino?

No entanto, é importante lembrar que, dificilmente, o estudante incluirá a investigação em seu processo de ensino-aprendizagem se o professor também não o fizer, isto é, se ele não aprender a se atualizar e/ou renovar seus conhecimentos por meio de pesquisas, leituras, reflexões pessoais, participação em eventos científicos etc.

Mesmo existindo outras formas de transformar o EMIEP num espaço de produção de conhecimentos, a pesquisa pode se tornar inicialmente um eixo ou um núcleo do curso, elemento orientador de toda a estrutura curricular. Nesta perspectiva, pode se traduzir numa organização curricular cujos componentes e atividades sejam planejados coletivamente, com o objetivo de desenvolver habilidades e atitudes de investigação nos estudantes. Pode, além disso, se traduzir como instrumento de mediação, onde os componentes curriculares de cada curso incentivem os estudantes a desenvolver pesquisas que incluam a análise do cotidiano das instituições e/ou espaços de informação, visando aproximar os futuros profissionais da realidade da área em que atuarão.

Há ainda a possibilidade de os professores inserirem em suas aulas os temas e projetos de pesquisa componentes dos programas curriculares, dando aos seus estudantes a oportunidade de discutir os resultados de suas pesquisas, os dados analisados, a metodologia utilizada, para que, a partir daí, possam propor e gerar novos temas e problemas. Nessa direção, é necessário destacar o cuidado que o professor deve ter ao apresentar suas pesquisas, atentando para a adequação da linguagem, a qual deve ser acessível e facilmente compreendida pelos estudantes.

Essa dinâmica permite (re)descobrir a concepção de realidade como totalidade, de aprender o conhecimento em movimento, de perceber que as relações educação-sociedade, conteúdo-forma, teoria-prática não ocorrem de forma linear, sem conflitos e contradições. Com certeza, o estudante (futuro profissional) que souber dialogar com a realidade de modo crítico/reflexivo e criativo e tiver capacidade de inovar/mudar compreenderá melhor o contexto social e saberá responder às novas exigências que o mundo do trabalho apresenta.

Finalmente, tornando ao questionamento inicial, “por que oferecer ensino médio integrado?”, chega-se à síntese de que é necessário estabelecer um diálogo permanente entre os componentes curriculares, por meio de planejamento coletivo, tendo a pesquisa

e o trabalho como princípios educativos e os estudantes como sujeitos que aprendem (e ensinam), envolvidos pelos processos sociais presentes. Essas orientações podem tornar o processo ensino-aprendizagem mais sólido e, conseqüentemente, a formação dos estudantes mais consistente, contribuindo com a consolidação do EMIEP.

4. Considerações finais

O tema deste ensaio remete a reflexões acerca dos desafios postos para as instituições de ensino que oferecem EMIEP no cenário atual, marcado por transformações no mundo do trabalho, onde se encontram estabelecidos projetos em torno da educação do trabalhador. O debate é longo e exaustivo, mas, não menos importante e necessário. A integração do EMIEP pressupõe conhecimentos gerais e específicos constituídos sob as dimensões indissociáveis existentes entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Assim, o currículo integrado deve organizar o conhecimento e desenvolver “[...] o processo ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender” (RAMOS, 2012, p. 116).

O currículo integrado requer aprofundamento teórico sobre as concepções e teorias que o fundamentam. Promover o EMIEP requer clareza sobre os preceitos da integração, exige organização do ensino (da educação básica e da educação profissional), de forma que haja aproximação com o mundo real, compreensão do todo; reestabelecimento e conexão entre os conteúdos das modalidades formativas. Os conhecimentos trabalhados devem ser compreendidos dentro de um contexto sócio-histórico. A formação básica e a técnica, trabalhadas de forma integrada, devem proporcionar ao estudante a apreensão de conhecimentos e técnicas que lhe possibilite atuar social e profissionalmente de maneira consciente e coerente com sua realidade.

A complexidade desse processo de integração exige superar formas fragmentárias de educação, flexibilização das estruturas curriculares, entrelaçamento de saberes das diversas áreas, sintonizando-os com as características, necessidades e potencialidades de desenvolvimento social. Esse “novo” contexto requer compromissos e mudanças de postura dos profissionais da educação que implementam as diversas

áreas do conhecimento, assim como alterações na organização dos tempos escolares a fim de possibilitar o desenvolvimento de projetos integrados.

Insistir na construção de um currículo de ensino médio que seja, de fato, integrado à educação profissional requer que sejam considerados, entre outros aspectos, os fatores expostos neste ensaio. É preciso se lançar no desafio de compreender o currículo integrado e, mais do que isso, buscar formas de construção conjunta, contando com representantes de todos os segmentos escolares. A preparação para o mundo do trabalho assumida pelo EMIEP deve superar a visão mecanicista de qualificação profissional/técnica, na qual o sujeito deve ser apenas treinado para o exercício de atividades de mera execução. Para os pressupostos assumidos pela educação integrada na atualidade, o estudante deve ser preparado de forma crítica e consciente sobre seu papel na sociedade, o que ocorre por meio do seu trabalho.

Tendo o EMIEP como essência a formação numa perspectiva integradora, é necessário que a teoria esteja em consonância com a prática, o que pode se concretizar por meio da pesquisa. Com base neste princípio, o estudante aprende também por meio do fazer, tomando como referência a realidade na qual está inserido, o incentivando a assumir uma postura não só de obtenção de conhecimentos técnicos para atuar profissionalmente, mas, também, de construção de uma consciência de responsabilidade social por meio do trabalho.

Muitas dúvidas ainda pairam sobre as reflexões acerca do EMIEP. As contribuições dos autores referenciados neste ensaio possibilitam entendimentos acerca do EMIEP, assim como evidenciam motivos para se continuar insistindo nesta forma de ensino. Por se tratar de uma análise inacabada, sugere outras buscas teóricas e análises de novas referências que problematizem a construção dos pressupostos do EMIEP. As considerações aqui situadas requerem ser aprofundadas e melhor validadas em outras investigações, na perspectiva da recriação do processo de implementação do EMIEP.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE nº 16/99 - CEB.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999. p. 563-596. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio:** documento base. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 29 out. 2018.

CHIZZOTTI, A. Metodologia do ensino superior: o ensino com pesquisa. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (org.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior.** Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 103-112.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-105.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Unesp, 2008.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis: EdUFSC, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, G. **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1989.

INTEGRO. In: ORIGEM da palavra. [S. l., 2019]. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/integro/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Revista Perspectiva**, Florianópolis: EdUFSC, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006.

MACHADO, L. Programa 3: O desafio da organização curricular do ensino integrado: Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. **Boletim Ensino Médio integrado à Educação Profissional**, [Brasília, DF]: MEC/SED, n. 7, p. 51-68, maio/jun. 2006.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, F.; KÜLLER, J. A. **Currículos integrados no ensino médio e na educação profissional**: desafios, experiências e propostas. São Paulo: Senac SP, 2016.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RAMOS, M. **Concepção de ensino médio integrado**. [S. l., 2008]. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 106-127.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes & formação profissional**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VEIGA, I. P. A. A construção da didática numa perspectiva histórico-crítica de educação: estudo introdutório. In: OLIVEIRA, M. R. N. S. **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1993. p. 79-96.

Sobre os autores

Josimar de Aparecido Vieira

Possui graduação em Pedagogia pela Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (1986), especialização em Supervisão Escolar pela Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (1988), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2000) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2011). Atualmente é Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em didática e organização pedagógica do ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, práticas pedagógicas, educação profissional, educação superior e educação do campo.

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-5531-9946> E-mail: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br

Marilandi Maria Mascarello Vieira

Possui Graduação em Estudos Sociais pela Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (1983), Graduação em Pedagogia pela Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (1984), Graduação em História pela Fundação Educacional do Oeste Catarinense (1987), Curso de Especialização em Supervisão Escolar (1988), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (1999), Graduação em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (2007), Curso de Especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (2009), , Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) e doutorado em Educação nas Ciências (2017) pela UNIJUI. É professora titular do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS - Campus Sertão, atuando nos seguintes temas: educação profissional - formação de professores - políticas da educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>
E-mail: marilandi.vieira@sertao.ifrs.edu.br

Recebido em: 09/04/2019

Aceito para publicação em: 22/04/2019